

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e IFRS.
31 de dezembro de 2022
REA 022/2023

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco Patrimonial	11
Demonstração do Resultado.....	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	16

Aos Administradores e Sócios

CONDOR SUPER CENTER LTDA.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Condor Super Center Ltda. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Condor Super Center Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Caixa geral

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 4 – Caixa e equivalentes de caixa, o saldo da conta de caixa geral está representado pelo montante de R\$ 80.645.473 que é composto por dinheiro em espécie distribuído por todas as lojas do Condor Super Center. Devido ao volume e intensidade da operação durante todo o ano exercício de 2022 não foi factível realizar a contagem física dos caixas para que obtivéssemos segurança razoável sobre os valores, contudo verificamos com base nos relatórios e boletins mensais fornecidos pela empresa e não encontramos divergências nos saldos contábeis referentes na conta contábil.

Contas a receber

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 5 – Contas a Receber, o saldo das contas a receber está representado pelo montante de R\$ 455.628.688 que é composto por recebíveis na modalidade cartões de crédito e tickets refeição/mercado, clientes e provisões diversas não pode ser objetivamente validado, por conta da imprecisão dos controles auxiliares que dão base aos mesmos. Além disso, a Empresa reconhece outras operações no contas a receber, relativas a acordos comerciais com fornecedores, reembolso de publicidade, devoluções diversas e notas de créditos, os quais apresentam valores vencidos a longa data, cuja perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD não foi constituída. Atualmente os títulos vencidos a mais de 180 dias estão apresentados pelo montante de R\$ 31.947.440.

Ativo Imobilizado

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 11 e nº 12 às demonstrações contábeis, a Empresa possui registrado em 31 de dezembro de 2022 os montantes de R\$ 61.543.560 e R\$ 3.156.04 relativos aos grupos de imobilizado e intangível, respectivamente. Não foram apresentados relatórios administrativos referentes ao ativo imobilizado que nos permitissem a realização de procedimentos de revisão anual sobre a recomposição do custo do ativo com base no valor justo, tendo em vista a possibilidade de eventual perda por *Impairment*, conforme previsto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Ainda, quanto ao ativo imobilizado, a Empresa não apresentou evidência da revisão anual das expectativas de vida útil de seus bens, conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Provisão para Contingência

A Empresa não possui constituída provisão para fazer face aos processos judiciais de natureza trabalhista (R\$ 31.123.556), cível (R\$ 6.264.478) e tributária (R\$ 36.964.373), para os quais a probabilidade de perda foi considerada provável pelos Assessores Jurídicos da Empresa, estas causas representam o valor de R\$ 74.082.408 em contingências prováveis de perda, e sobre tal montante, R\$ 10.663.393 estão sendo discutidos com o Estado do Paraná, decorrente de autuações fiscais pelo órgão. Ademais, apuramos um valor de R\$ 12.807.535 em causas cujas perdas são consideradas possíveis, como reportadas pelos assessores jurídicos. Além disso, até o encerramento dos trabalhos não obtivemos resposta sobre os processos, por parte do Assessores Jurídicos: Bittencourt Advogados Associados que estão sob a sua responsabilidade, sendo que tal fato pode aumentar o valor de contingências prováveis acima mencionado.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Operações entre Partes Relacionadas

Conforme demonstrado na nota explicativa 10 – Partes Relacionadas, a Empresa possui operações com partes relacionadas, em aberto em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 29.609.682 (Ativo) e R\$ 15.838.520 (Passivo), as quais fazem parte do curso normal de seus negócios, no entanto, não há formalização por meio de contratos, porém existe um controle paralelo para recolhimento de IOF.

Como a Empresa não possui contratos para as operações com partes relacionadas, realizamos por meio de amostragem testes documentais, que incluem a validação da existência dos valores e suas contabilizações, obtivemos entendimento sobre as operações realizadas entre as partes envolvidas. Realizamos revisão analítica, confrontamos o saldo com o balanço das empresas relacionadas, a fim de confirmar a relevância. Recalculamos o IOF e observamos que a Empresa realiza o recolhimento do tributo para todas as operações, sendo IOF fixo e diário. Consideramos que as operações estão adequadamente apresentadas nestas demonstrações contábeis.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Estoque

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 6 – Estoques está representado pelo valor de R\$ 728.938.839 e consideramos esta área de foco em nossa auditoria em função da relevância do saldo, a grande quantidade de produtos e elevada movimentação diária.

Realizamos procedimentos de controle interno, para avaliar o ciclo das operações envolvendo o grupo de estoque.

Inspecionamos documentos e controles relacionados a fim de atestar a exatidão dos saldos, bem como, a competência do registro.

Analisamos também os cálculos sistêmicos do custo médio e análise do giro do estoque.

Como resultado dos procedimentos aplicados e a extensão dos testes executados verificamos o correto reconhecimento e mensuração de estoques.

Subvenções Governamentais

A Empresa possui benefício fiscal advindo de subvenções governamentais na redução de passivos registrados sob a alcinha de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS)

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa reconheceu receita advinda da redução de passivos de ICMS no montante de R\$ 205.558.677,22, registrando diretamente no resultado do exercício tal receita, conforme notas explicativas nº 19, sob descrição de “Subvenção Governamental”.

Em relação a subvenção governamental, cumprimos os seguintes procedimentos, entre outros, em nossa auditoria:

Realizamos o entendimento do enquadramento da Empresa nos programas que geram os benefícios fiscais, através das leis e normativas promulgadas, se atentando para possíveis restrições existentes, as quais poderiam impedir a fruição de caixa das operações e inadequado o registro;

Recebemos carta conforto de escritório de advocacia responsável, o

Porque é um PAA

Após trânsito da subvenção governamental pela demonstração do resultado como outras receitas e despesas, tal montante é apropriado em conta de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento da condição de não distribuição dos benefícios advindos da subvenção, sendo registrado na conta de reserva de incentivos fiscais, a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados, bem como, é realizada a exclusão da receita de incentivo fiscal no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

qual garantiu a legalidade e assumiu responsabilidade legal pela caracterização da redução de base de cálculo e isenção do ICMS como uma subvenção governamental, bem como pelo registro e reconhecimento dos valores de subvenção governamental;

Avaliamos os controles da Empresa quanto ao cálculo e registro das obrigações tributárias, as quais são base para cálculo da redução de passivos;

Avaliamos o cálculo do incentivo fiscal de redução de base de cálculo e isenção do ICMS nas operações comerciais da empresa, nos atentando para as cláusulas obrigatórias e restritivas do incentivo, bem como, as alíquotas e tipos de operações enquadradas. Realizamos o recálculo baseado nos documentos de saída de mercadorias, utilizando para validações as obrigações acessórias que registram as operações; realizamos a avaliação da adequada apresentação dos saldos, conforme regula a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, com registro no resultado e a posterior transferência para o grupo de “Reservas de Incentivos Fiscais”. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das subvenções governamentais, bem como as divulgações efetuadas, estão apropriadas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 30 de março de 2023.

VBR BRASIL - VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - PR 12.475 - CRC - PR 008.722/O-5



Wesley Montechiari Figueira
Sócio - CRC- PR 038.884/0-7 - CNAI 1.222

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Balanços Patrimoniais
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	140.692.363	129.458.046
Contas a receber	5	455.628.688	378.233.728
Estoques	6	728.938.839	569.650.231
Impostos a recuperar	7	87.075.807	264.531
Outros créditos	8	12.776.283	8.546.694
Despesas antecipadas	9	1.589.363	1.142.124
Ativo circulante		1.426.701.343	1.087.295.354
Não circulante			
Outros créditos	8	13.092.456	12.900.574
Partes relacionadas	10	29.609.682	8.158.869
Imobilizado	11	61.543.560	58.295.466
Intangível	12	3.156.040	3.850.051
Ativo não circulante		107.401.738	83.204.960
Total do Ativo		1.534.103.081	1.170.500.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Fornecedores	13	473.424.457	407.902.518
Empréstimos e financiamento	14	486.053.193	236.958.704
Obrigações tributárias	15	32.797.732	38.712.817
Obrigações sociais e trabalhistas	16	42.247.566	42.557.035
Outras contas a pagar	17	123.369.153	60.912.593
Total passivo circulante		1.157.892.101	787.043.667
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	13.216.428	123.537.566
Outras contas a pagar	17	9.937.545	79.273.623
Obrigações tributárias	15	51.751.266	18.013.495
Partes relacionadas	10	15.838.520	53.216.919
Total passivo não circulante		90.743.759	274.041.603
Patrimônio líquido			
Capital social	18	22.000.000	10.000.000
Reservas de lucros		263.467.221	99.415.044
Total patrimônio líquido		285.467.221	109.415.044
Total do passivo e patrimônio líquido		1.534.103.081	1.170.500.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstrações do Resultado do Exercício
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Receita operacional		5.635.253.650	5.057.457.950
Receita operacioal bruta		<u>5.635.253.650</u>	<u>5.057.457.950</u>
Deduções		(477.590.744)	(429.847.020)
Vendas canceladas		(25.170.792)	(21.806.384)
Receita operacional líquida	19	<u>5.132.492.114</u>	<u>4.605.804.546</u>
Custos de mercadorias vendidas	20	(3.737.871.285)	(3.569.810.151)
Lucro bruto		<u>1.394.620.829</u>	<u>1.035.994.395</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(865.237.324)	(720.224.159)
Despesas comerciais	22	(50.198.499)	(72.130.273)
Outras receitas	23	145.430.476	74.924.754
Outras despesas	23	(143.030)	(34.906)
Total das despesas operacionais		<u>(770.148.377)</u>	<u>(717.464.584)</u>
Resultado antes dos efeitos financeiros	24	<u>624.472.452</u>	<u>318.529.811</u>
Receita financeira		63.381.349	12.493.260
Despesa financeira		(132.696.547)	(112.799.450)
Lucro antes dos impostos		<u>555.157.254</u>	<u>218.223.621</u>
Imposto de renda e contribuição social	25	<u>(116.259.416)</u>	<u>(72.640.822)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(116.259.416)	(72.640.822)
Lucro líquido do exercício		<u>438.897.838</u>	<u>145.582.799</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Capital Social	Reservas			Total
		Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Reserva de Incentivos Fiscais	
Em 31 de dezembro de 2020	<u>10.000.000</u>	<u>3.183</u>	<u>110.379.402</u>	<u>-</u>	<u>120.382.585</u>
(-) Destruição de lucros	-	-	(156.550.340)	-	(156.550.340)
Lucro líquido do exercício	-	-	145.582.799	-	145.582.799
Em 31 de dezembro de 2021	<u>10.000.000</u>	<u>3.183</u>	<u>99.411.861</u>	<u>-</u>	<u>109.415.044</u>
(-) Destruição de lucros	-	-	(274.845.661)	-	(274.845.661)
Lucro líquido do exercício	-	-	438.897.838	-	438.897.838
Aumento de capital	90.000.000	-	-	-	90.000.000
Capital a integralizar	(78.000.000)	-	-	-	(78.000.000)
Incorporação de reserva de incentivo fiscal	-	-	(205.558.677)	205.558.677	-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>22.000.000</u>	<u>3.183</u>	<u>57.905.361</u>	<u>205.558.677</u>	<u>285.467.221</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	438.897.838	145.582.799
Ajustes:		
Provisão para férias e encargos	1.230.669	(1.602.283)
Provisões contas a receber	(16.260.365)	3.296.565
Depreciação	14.700.665	14.445.717
Baixas de ativo imobilizado	15.651.739	8.731.852
Variação nas contas de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(61.134.595)	(42.261.219)
(Aumento) Redução em outros créditos	(159.480.490)	(17.530.394)
(Aumento) Redução em estoques	(86.811.276)	741.528
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(4.229.589)	4.645.246
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	(447.239)	8.770
Aumento (Redução) em fornecedores	65.521.939	(25.185.680)
Aumento (Redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(1.540.138)	2.638.684
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	27.822.686	(138.993.465)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	(6.879.518)	140.085.691
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	227.042.326	94.603.811
Atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(32.906.487)	(29.723.037)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(32.906.487)	(29.723.037)
Atividades de financiamento		
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos	138.773.351	66.345.339
Partes relacionadas	(58.829.212)	740.590
Aumento de capital social	12.000.000	-
Pagamento de dividendos	(274.845.661)	(156.550.340)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(182.901.522)	(89.464.411)
Aumento líquido nas disponibilidades	11.234.317	(24.583.637)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	129.458.046	154.041.683
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	140.692.363	129.458.046
Variação	11.234.317	(24.583.637)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Há mais 40 anos atuando no mercado, o Condor Super Center inscrito no CNPJ 76.189.406/0001-26 tem como principal característica ser uma marca regional, cuja missão é comercializar produtos e serviços no varejo supermercadista que atendam as expectativas dos consumidores, quotistas e colaboradores.

Atualmente, o Condor ocupa o 2ª lugar no ranking dos maiores supermercados do Paraná, contando com 56 lojas entre super e hipermercados instaladas em 16 cidades do Estado, e 2 centros de distribuição, 1.187 checkouts e aproximadamente 15.000 colaboradores.

Tem como missão ser uma empresa completa, que investe em capital humano e procura a proximidade com o consumidor, buscando ser referência em valorização das pessoas, fortalecendo a marca, liderança em vendas. Tem como valores o compromisso com os parceiros, integridade, valorização das pessoas, trabalho em equipe e responsabilidade social.

A Empresa possui foco permanente na melhoria dos seus produtos e no desempenho de seu Sistema de Gestão da Qualidade, comprometendo-se a preservar a saúde e segurança dos colaboradores, através do atendimento às diretrizes e requisitos legais no desenvolvimento de suas atividades. Busca a satisfação dos clientes e qualidade dos seus produtos, através de um atendimento de excelência. Conta com o desenvolvimento tecnológico, com o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

O Condor é uma Empresa familiar, sempre em grande e contínuo crescimento, e cada vez mais conhecida pelo seu slogan "De mãos dadas com você".

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

2.1. BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.20.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRS não está disponível no Brasil.

2.3.3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2022

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2022, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Empresa.:

Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual: As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido: As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato: As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações contábeis estão abaixo apresentadas:

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture: As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis: As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS: As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis: A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro.
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações: As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação: As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas: As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.

Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo.

- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que a é moeda funcional da Empresa.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Empresa são classificados sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Mensurados ao custo amortizado.

a) Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Empresa, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía caixa e equivalentes de caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 4.

b) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía contas a receber, adiantamentos e outras contas a receber e partes relacionadas nesta classificação, conforme notas explicativas nº 5, 8 e 10.

c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo e subsequentemente são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía partes relacionadas, contas a pagar, adiantamentos e outras contas nessa classificação, conforme notas explicativas nº 10, 13 e 17.

2.3.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.3.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 avaliamos os ativos conforme as práticas mencionadas acima e não identificamos risco de perda no valor recuperável na data do balanço.

2.4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança.

2.5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor de face dos títulos que os originaram não contemplando possíveis juros, correções ou multas por atraso nem dedução de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual deveria ser estabelecida quando houvesse uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

2.6 ESTOQUES

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

Os produtos adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

2.7 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a *softwares* adquiridos separadamente, reconhecidos e mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Há também o reconhecimento de marcas e patentes, direito de uso telefônico e fundo de comércio de um posto de combustível, o qual foi adquirido em 2007.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida, em que os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9 CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

São obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.10 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Empresa, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Empresa com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações de operações financeiras e comerciais entre componentes do mesmo grupo econômico, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía operações registradas nas demonstrações contábeis sob essa classificação, conforme demonstrado na nota nº 10.

2.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As subvenções governamentais cedidas à Empresa são reconhecidas na medida em que as condições relacionadas à obtenção da subvenção são cumpridas. No caso de subvenções recebidas para compensação de custos/despesas, elas são reconhecidas como redução dos custos/despesas que se pretende compensar.

No caso de subvenções governamentais para investimentos em ativos, os benefícios são registrados no balanço na forma que foram cedidos pelo órgão governamental, podendo ser registrado no passivo como receita diferida, reconhecido como receita na base sistemática durante a vida útil do ativo adquirido, ou deduzido do ativo relacionado com a subvenção, sendo reconhecido como receita por meio de crédito à depreciação registrada como despesa no resultado.

No caso de haver dependência de não-distribuição aos sócios dos benefícios recebidos na forma de subvenção governamental, os respectivos valores são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de "Reserva de Incentivos Fiscais" no Patrimônio Líquido.

2.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.15 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

a) Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, fato esse que ocorre no ato da entrega do produto vendido.

b) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço é reconhecida por meio das apólices de seguro de garantia estendida, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular.

As receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíam e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

2.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base em seu contrato social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos quotistas, em Reunião Geral.

2.17 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro e, por definição, tais estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

(a) Provisões para contingências

São constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais e extrajudiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

(b) Perdas de crédito esperadas

São inicialmente estimadas, baseadas na incerteza de realização da referida receita em caixa líquido e posteriormente lançadas para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

(c) Constituição de estimativa de perdas nos estoques

As estimativas são constituídas através de relatório dos itens de estoque sem movimentação há mais de 180 dias. Esta estimativa existe para mitigar o risco de perda valor recuperável em itens adquiridos e não utilizados.

d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Empresa é optante para o exercício de 2022 pela tributação sobre o lucro com base no sistema de Lucro Real, com alíquota de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS, na modalidade não cumulativa.

3.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS FINANCEIRAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Empresa, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Empresa elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.4 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa não possui uma diretoria específica para gestão de riscos. A empresa possui duas diretorias, uma Administrativa e Contábil e outra Financeira e de Tesouraria, o que espelha a necessidade de alto grau de especificidade necessário na gestão de riscos financeiros. Entretanto, a Alta Administração é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras.

As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentados e avaliados mensalmente pela diretoria financeira e submetidas à apreciação do Conselho de Sócios Quotistas da Empresa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa é monitorada diariamente pela área financeira da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Como informado acima, uma diretoria específica para aspectos de tesouraria é responsável por tal estratégia.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de receitas auferidas junto aos seus clientes. Este risco é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes ao faturamento.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Empresa atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

d) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar seus negócios e maximizar o valor aos sócios.

A Empresa controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a mesma pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos sócios, captação de novos empréstimos.

4 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações possuem liquidez diária e apresentam risco baixo de perda de valor.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa geral (i)	80.645.473	64.308.116
Banco conta movimento	1.957.304	2.493.396
Númerários em trânsito (ii)	7.377.304	2.813.639
Aplicações financeiras (iii)	50.712.282	59.842.895
	<u>140.692.363</u>	<u>129.458.046</u>

(i) O caixa geral compreende as movimentações das operações de caixa das filiais. Nos valores acima se inserem fundos de troco e checkouts e tesourarias das lojas, cujos montantes detidos podem ser expressivos.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

(ii) Representado na sua maioria por valores a serem encaminhados para depósitos e correspondentes bancários, que são operações de recebimento de boletos bancários da instituição financeira do Bradesco nos *checkout* nas lojas da rede.

(iii) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário), com variação próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros com a própria instituição emissora.

5 CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022, os recebíveis estão assim apresentados:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Cientes (i)	159.441.327	130.186.370
Cartões de créditos e ticket's (ii)	378.362.056	313.961.688
Provisões diversas (iii)	(82.174.695)	(65.914.330)
	<u><u>455.628.688</u></u>	<u><u>378.233.728</u></u>

(i) A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	<u>31.12.2022</u>			<u>31.12.2021</u>		
	Clientes	Partes relacionadas	Total	Clientes	Partes relacionadas	Total
Títulos à vencer	57.406.989	12.901.567	70.308.557	43.996.103	13.257.143	57.253.247
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	29.278.029	222.719	29.500.748	17.146.257	4.436.562	21.582.820
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	4.080.861	1.384.151	5.465.012	1.373.972	4.583.055	5.957.026
Títulos vencidos há mais de 180 dias	24.853.257	29.313.753	54.167.011	22.171.084	23.222.193	45.393.277
Total	<u>115.619.137</u>	<u>43.822.190</u>	<u>159.441.327</u>	<u>84.687.416</u>	<u>45.498.953</u>	<u>130.186.370</u>

(ii) Representado na sua maioria por operações com os cartões de crédito das bandeiras Visa, American Express, MasterCard, Diners, Senffnet e os *ticket's* Abrapetite, Sodexo Pass, Fratello e Redeshop.

(iii) As provisões diversas estão representadas na sua maioria pelas provisões de cartão presente magnético, cheques devolvidos e provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa de anos anteriores.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

6 ESTOQUES

O grupo de estoques está assim composto:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Estoque mercadoria para revenda	715.830.200	561.929.137
Estoque mercadorias enviadas (i)	13.108.639	7.721.094
	<u>728.938.839</u>	<u>569.650.231</u>

(i) Mercadorias em trânsito enviadas do centro de distribuição para as lojas

A mercadoria para revenda, está alocada da seguinte forma:

<u>Loja</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Centro de Distribuição	285.694.275	178.839.119
Santa Felicidade	5.756.267	4.412.002
Lapa	6.709.933	6.424.642
Wenceslau Braz	5.635.981	5.094.153
Pinheirinho	9.864.316	9.079.118
Marechal	6.299.495	5.717.810
Paranaguá	6.428.409	5.704.452
Londrina	9.116.850	7.937.078
Campo Comprido	7.849.758	6.472.466
São Braz	9.620.901	7.704.982
Trocas	7.584.380	10.733.145
Sítio Cercado	4.764.248	4.364.680
São José dos Pinhais	8.804.396	8.141.146
Apucarana	4.577.324	3.989.490
Hortifruti	2.440.421	1.361.812
Ahu	3.276.265	3.228.324
Ponta Grossa Centro	2.314.182	2.097.370
Ponta Grossa Nova Russia	9.856.247	8.642.055
Maringá	7.493.518	6.531.059
Nilo Peçanha	17.249.458	14.708.440
Champagnat	11.357.001	10.746.755
Araucária	9.665.236	8.790.886
Santa Cândida	10.623.871	9.716.757
Paranaguá	12.705.765	11.018.370
Torres	10.843.779	9.737.267
Novo Mundo	11.532.739	9.906.716
Cristo Rei	6.855.807	6.072.868
Água Verde	13.996.486	12.170.096
Fazenda Rio Grande	7.541.682	6.600.359

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Campo Largo	4.967.161	4.437.820
Uvaranas	9.525.242	8.094.389
São Jose (Rua Joinville)	10.752.719	10.071.235
Brasília	5.215.635	4.907.225
Castro	8.205.274	7.309.122
Cajuru	8.734.069	7.963.173
Colombo	8.653.894	7.792.924
Pinhais	9.605.125	8.996.306
Maringá (Av Colombo)	7.399.558	6.364.443
Campo Mourão	7.465.241	6.603.303
Ponta Grossa (Jardim Carvalho)	8.851.603	8.226.652
Almirante Tamandaré	8.005.828	6.909.816
Ponta Grossa (Oficinas)	8.331.446	7.251.085
Araucária Costeira	7.435.264	6.487.759
Campo Largo São Jose	8.884.588	8.089.806
Pinhais (Av Irai)	6.201.776	5.063.503
Joinville (Itaum)	8.555.678	9.218.611
Boa Vista	6.651.791	5.740.836
Santa Quitéria	5.926.689	5.336.362
Joinville América	6.373.877	6.114.211
Mafra	6.229.352	5.753.703
Joao Bettega	5.834.108	5.381.433
Francisco Derosso	5.421.788	5.010.940
Jaraguá do Sul	4.264.444	4.109.734
Piraquara	5.597.039	5.270.246
Joinville Boa vista	5.413.266	4.793.340
Pilarzinho	5.440.007	4.495.182
Condor Express (i)	152.933	192.563
Maringá (Av Dr Luiz)	5.275.813	-
	<u>715.830.200</u>	<u>561.929.137</u>

(i) Estoques destinados a lojas de conveniência juntos aos postos Condor no modelo mini mercado

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos e contribuições a recuperar estão representados por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
INSS a compensar	1.229	1.229
ISS a compensar	13.552	9.136
ICMS a recuperar (i)	47.339.235	224.813
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (ii)	37.350.723	-
Antecipação ICMS	2.371.068	29.353
	<u>87.075.807</u>	<u>264.531</u>

- (i) Créditos de ICMS apurado na sistemática não cumulativa, referente ao crédito nas operações de entrada deduzido do débito nas operações de saída. A empresa ingressou com o Regime Especial nº 7.447/2022 com a atribuição da condição de sujeito passivo por substituição tributária a estabelecimento que opere como centro de distribuição, realizando ajuste a crédito no montante de R\$ 55.652.266 em dezembro de 2022.
- (ii) Crédito de ICMS na base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, com ação já transitada em julgado. Sobre o montante reconhecido em tributos a recuperar, a Empresa realiza a compensação em outros tributos federais através de pedidos eletrônicos.

8 OUTRAS CONTAS A RECEBER

O grupo de contas a receber está representado por:

Ativo Circulante:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Adiantamento a empregados (i)	4.215.869	4.755.561
Adiantamentos a precatórios (ii)	1.510.852	1.627.089
Adiantamentos a fornecedores (iii)	7.049.562	2.164.044
	<u>12.776.283</u>	<u>8.546.694</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

- (i) Representado principalmente por adiantamentos de salários, férias e adiantamento para aquisição de produtos no Condor Super Center, como eletrodomésticos e eletroportáteis.
- (ii) Corresponde a aquisição de títulos precatórios, tendo a seguinte composição:

Cedentes	2006	2007	2009	2010	2019	2021	2022	Total
Adeilton Riorezi Cardin	-	-	8.725	-	-	-	-	8.725
Iglair Nanci D.Lopes	-	56.237	-	-	-	-	-	56.237
Ana Rosa Portugal Rangeliglair	-	18.038	-	-	-	-	-	18.038
Eliete Do Rocio Baranoski	77.086	-	-	-	-	-	-	77.086
Elvio Candido Da Silva	-	-	25.370	-	-	-	-	25.370
Reni Alexandrette	-	-	-	24.882	-	-	-	24.882
Gilmara Candida De Jesus	13.872	-	-	-	-	-	-	13.872
Isaias Ribeiro De Andrade	9.000	-	-	-	-	-	-	9.000
José De Arruda	-	-	29.501	-	-	-	-	29.501
Josemar Assis Alves	-	-	18.485	-	-	-	-	18.485
Julio Cesar R. Boeng	58.446	-	-	-	-	-	-	58.446
Lauri Inacio Petrowicz	-	-	-	21.407	-	-	-	21.407
Leoni Aparecida Dos Santos	27.181	-	-	-	-	-	-	27.181
Leopoldo Marcos Ciumachevi	46.446	-	-	-	-	-	-	46.446
Luiz Antonio Zeni	62.187	-	-	-	-	-	-	62.187
Marhuska Santos Poli	20.008	-	-	-	-	-	-	20.008
Raul Alvarez Rangel	37.110	-	-	-	-	-	-	37.110
Ronaldo Portugal Bacellar	-	37.892	-	-	-	-	-	37.892
Valdino Boeng	-	58.446	-	-	-	-	-	58.446
Vitor Francisco De Moraes	-	-	53.751	-	-	-	-	53.751
Josafa Antonio Lemes	-	-	-	-	439.722	145.370	-	294.352
Paulo Cesar Isidoro	-	-	-	-	29.373	-	-	29.373
Jose Antonio Curtss	-	-	-	-	73.160	-	-	73.160
Aap Atlantico Agropastoril	-	-	-	-	-	380.764	-	380.764
Fabiano Da Silva	-	-	-	-	-	-	29.132	29.132
Total Geral	351.337	170.613	135.832	46.289	542.254	235.394	29.132	1.510.852

A Empresa utilizará o saldo de precatório para pagamento de ICMS em períodos futuros, autorizado pelo parecer conclusivo nº 40/2014 emitido pelo Estado do Paraná.

- (iii) Representado pela sua maioria aos adiantamentos realizados para importação de equipamentos e prestação de serviços para modernização, automação e ampliação no processo de açougue no centro de distribuição.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo Não Circulante:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Depósitos judiciais - cíveis	11.626.629	11.515.154
Depósitos judiciais - trabalhistas	116.064	27.696
Depósitos judiciais - INSS	206.092	206.092
Outros créditos	1.143.671	1.151.632
	<u>13.092.456</u>	<u>12.900.574</u>

9 DESPESAS ANTECIPADAS

Face à natureza de suas atividades, a Empresa adota política de contratação de seguros com base no valor máximo passível de sinistro em um mesmo evento, sendo em 31 de dezembro de 2022 os ativos da Empresa apresentavam segurados contra sinistros no montante de R\$ 1.589.363 e para coberturas das instalações e frotas de veículos.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Seguros de imóveis	1.445.582	1.018.402
Seguros de veículos	143.781	117.950
Outros	-	5.772
	<u>1.589.363</u>	<u>1.142.124</u>

10 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021, as partes relacionadas estão compostas por:

Ativo:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
API SPE 46	124.841	115.547
Cassola Administradora Ltda.	1.550.000	1.550.000
Comercial de Alimentos Zonta Ltda.	13.990.000	3.000.000
PJ Zonta Adm. de Bens e Part. Ltda.	132.447	796.561
Robson Fernandes	218.798	598.281
Selection Locadora de Veículos Ltda.	23.596	90.081
Zonta Administradora de Cartões Ltda.	-	258.399
Empréstimos a Terceiros	13.570.000	1.750.000
	<u>29.609.682</u>	<u>8.158.869</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Passivo:

	31.12.2022	31.12.2021
Pessoas ligadas (i)	3.477.849	40.530.335
Ricasan Indústria e Com. de Conf. Ltda.	160	160
Zonta Administradora de Cartões Ltda.	4.375.412	4.261.943
Contemporânea Dist. e Import. Ltda.	6.548.378	7.168.378
Comercial de Alimentos Zonta Ltda.	1.436.721	1.256.103
	<u>15.838.520</u>	<u>53.216.919</u>

- (i) Valor representado na sua maioria por juros sobre capital próprio a pagar aos sócios, qual foi calculado com base na TJLP.

As transações entre as Empresas do grupo referem-se a transações de mútuo e compartilhamento de gastos.

11 IMOBILIZADO

O imobilizado está assim representado:

a) Abertura

	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022 Líquido	31.12.2021 Líquido
Máquinas e equipamentos	10 anos	72.552.870	(39.615.467)	32.937.403	25.210.186
Móveis e utensílios	10 anos	44.532.155	(24.462.997)	20.069.158	17.266.279
Veículos	5 anos	25.861	-	25.861	25.861
Instalações	10 anos	74.531.858	(66.168.777)	8.363.081	11.631.289
Computadores e periféricos	5 a 10 anos	15.101.464	(12.770.956)	2.330.508	1.949.374
Instalações comunicação audio-visual	5 a 10 anos	15.951.239	(9.456.836)	6.494.403	5.148.683
Centrais telefônicas	10 anos	18.055	(18.055)	-	-
Edificações em imóveis de terceiros	25 anos	4.895.146	(262.162)	4.632.984	4.630.149
Aeronave	10 anos	2.081.730	(708.171)	1.373.559	1.581.732
Imobilizações em Andamento		2.015.481	-	2.015.481	7.550.791
Ativo de direito de uso		2.083.870	-	2.083.870	2.083.870
(-) ICMS anos anteriores		(18.782.748)	-	(18.782.748)	(18.782.748)
		<u>215.006.981</u>	<u>(153.463.421)</u>	<u>61.543.560</u>	<u>58.295.466</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

b) Movimentação

	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2021
Imobilizações em Uso	212.991.475	22.715.636	(175.890)	190.451.729
Máquinas e equipamentos	72.552.870	12.684.541	(174.693)	60.043.022
Móveis e utensílios	44.532.155	6.311.087	-	38.221.068
Veículos	25.861	-	-	25.861
Instalações	75.429.215	84.304	-	75.344.911
Computadores e periféricos	15.101.440	1.243.042	(1.197)	13.859.595
Instalações comunicação audio-visual	15.053.881	2.372.012	-	12.681.869
Centrais telefônicas	18.055	-	-	18.055
Edificações em imóveis de terceiros	4.895.147	20.650	-	4.874.497
Aeronave	2.081.730	-	-	2.081.730
Ativo de direito de uso	2.083.870	-	-	2.083.870
(-) ICMS anos anteriores	(18.782.749)	-	-	(18.782.749)
	31.12.2022	Adições	Transferência	31.12.2021
Imobilizações em Andamento	2.015.482	9.940.540	(15.475.849)	7.550.791
Imobilizado em andamento	2.015.482	9.188.327	(14.341.128)	7.168.283
Obra Centro Cívico	-	736.879	(736.879)	-
Obra Campo Largo	-	-	(365.796)	365.796
Obra Deposito Central Novo	-	15.334	(32.046)	16.712
	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2021
Depreciação	(153.463.397)	(13.757.942)	1.599	(139.707.054)
Máquinas e equipamentos	(39.615.477)	(4.784.103)	1.472	(34.832.846)
Móveis e utensílios	(24.463.010)	(3.508.220)	11	(20.954.801)
Instalações	(66.906.636)	(3.352.513)	27	(63.554.150)
Computadores e periféricos	(12.770.937)	(860.811)	76	(11.910.202)
Instalações comunicação audio-visual	(8.718.949)	(1.026.307)	13	(7.692.655)
Centrais telefônicas	(18.055)	-	-	(18.055)
Edificações em imóveis de terceiros	(262.162)	(17.815)	-	(244.347)
Aeronave	(708.171)	(208.173)	-	(499.998)
Imobilizado líquido	61.543.560	18.898.234	(15.650.140)	58.295.466

A empresa tem por estratégia alugar boa parte de seu imobilizado como empresas do mesmo grupo econômico, como por exemplo suas lojas físicas.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

12 INTANGÍVEL

O intangível está assim representado:

a) Abertura do intangível

	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	31.12.2022 Líquido	31.12.2021 Líquido
Direito de uso software	10 anos	7.821.464	(5.104.704)	2.716.760	3.466.217
Marcas e patentes		160.669	-	160.669	160.669
Direito de uso telefônico		61.964	-	61.964	61.964
Direitos Autorais		55.445	-	55.445	-
Fundo de comércio		161.202	-	161.202	161.202
		<u>8.260.744</u>	<u>(5.104.704)</u>	<u>3.156.040</u>	<u>3.850.051</u>

b) Movimentação

	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2021
<u>Intangível em uso</u>	<u>8.260.744</u>	<u>250.311</u>	<u>-</u>	<u>8.010.433</u>
Direito de uso software	7.821.464	194.866	-	7.626.598
Marcas e patentes	160.669	-	-	160.669
Direito de uso telefônico	61.964	-	-	61.964
Direitos Autorais	55.445	55.445	-	-
Fundo de comércio	161.202	-	-	161.202
<u>Amortização</u>	<u>(5.104.704)</u>	<u>(944.321)</u>	<u>-</u>	<u>(4.160.382)</u>
Direito de uso software	(5.104.704)	(944.321)	-	(4.160.382)
<u>Intangível líquido</u>	<u>3.156.040</u>	<u>(694.010)</u>	<u>-</u>	<u>3.850.051</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

13 FORNECEDORES

Os saldos são decorrentes das aquisições de mercadorias e produtos para venda, além de fornecedores decorrentes do curso normal da operação, apresentando vencimento dentro do curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das contas a pagar é composto da seguinte forma:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fornecedores de mercadoria	442.006.942	398.203.529
Fundo de direito creditorio (i)	31.417.515	9.698.989
Total de fornecedores	<u>473.424.457</u>	<u>407.902.518</u>

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de fornecedores, apresentado pelo montante de R\$ 473.424.457, cujo saldo corresponde pelas operações envolvendo principalmente como: Unilever Brasil Ltda., BR Foods S.A., Kraft Foods Brasil S.A., Ambev S.A., além desses a Empresa possui operações com grande número de fornecedores com os quais há um volume de compras pulverizadas.

Em ambos os casos se trabalha com um prazo médio de pagamento de aproximadamente 25 dias, havendo também outros tipos de negociações especiais dependendo de condições acordadas e eventuais campanhas de venda.

A seguir apresentamos os montantes a pagar, por idade de vencimento (*aging list*):

	<u>31.12.2022</u>			<u>31.12.2021</u>		
	Fornecedor	Partes relacionadas	Total	Fornecedor	Partes relacionadas	Total
Títulos à vencer	402.562.401	29.983.382	432.545.783	387.148.953	10.721.752	397.870.705
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	17.078.822	14.938.538	32.017.360	1.133.999	34.014	1.168.013
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	-	3.423	-	3.423
Títulos vencidos há mais de 180 dias	8.861.162	152	8.861.314	8.860.226	152	8.860.378
Total	<u>428.502.386</u>	<u>44.922.071</u>	<u>473.424.457</u>	<u>397.146.600</u>	<u>10.755.918</u>	<u>407.902.518</u>

- (i) A Empresa detém serviço junto ao Fundo de investimento em direitos creditórios DI Grappo. Este realiza a antecipação de títulos a receber de fornecedores do Condor Super Center e passa a ser assim o detentor da dívida junto ao Condor, estando assim apresentado os montantes a pagar, por idade de vencimento (*aging list*):

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Títulos a vencer	27.313.685	7.318.612
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	4.103.830	2.380.376
Total	31.417.515	9.698.989

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 o grupo de empréstimos está assim representado:

Instituição	Vencimento	Taxa a/a	Tipo	31.12.2022	31.12.2021
Banco Bradesco	31.12.2022	143,12%	Conta Garantida	-	212.810
Banco Bradesco	21.06.2022	1,97%	Câmbio ROF USD	-	65.976.256
Banco Bradesco	04/11/2022	CDI + 6,18%	Capital de giro	-	38.544.677
Banco Bradesco	08/11/2022	CDI + 6,18%	Capital de giro	-	68.523.870
Banco Bradesco	24/02/2023	CDI + 2,75%	Câmbio ROF USD	114.755.669	-
Deutsche Leasing	27/08/2027	5,18%	Leasing	16.237.486	22.765.628
Banco Original	11/07/2022	CDI + 4,35%	Capital de giro	-	10.456.979
Banco Original	04/08/2023	CDI + 3,75	Nota promissoria	42.780.237	-
BTG Pactual	26/03/2023	CDI + 1,60 %	Nota promissoria	108.273.000	-
BTG Pactual	11/12/2023	CDI + 1,80 %	Nota promissoria	153.890.093	-
Banco Safra	03/11/2023	CDI + 1,50 %	CRA	59.001.161	-
Banco Safra	08/11/2022	CDI + 6,43%	Capital de giro	-	56.437.957
Banco Safra	24.02.2022	105,5% CDI Pós	CRA	-	97.578.092
Crédito com pessoas ligadas	10/03/2023	-	Capital de giro	4.331.974	-
Total Endividamento com Instituições Financeiras				499.269.621	360.496.270
Saldos circulante (a)				486.053.193	236.958.704
Saldos não circulante (b)				13.216.428	123.537.566

(a) Passivo circulante:

Instituições Financeiras	31.12.2022	31.12.2021
Leaseback	3.021.059	5.509.515
Banco BTG Pactual	262.163.093	-
Banco Original	42.780.237	10.456.979
Banco Bradesco	114.755.669	173.044.804
Banco Bradesco - crédito especial	-	212.810
Banco Safra	59.001.161	47.734.597
Crédito com pessoas ligadas	4.331.974	-
	486.053.193	236.958.704

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

(b) Passivo não circulante:

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Leaseback	13.216.428	17.256.113
Banco Safra	-	106.281.453
	<u>13.216.428</u>	<u>123.537.566</u>

15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações fiscais estão assim representadas:

Passivo circulante:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Outros tributos a recolher	701.942	695.217
Funrural a recolher	25.924	37.355
PIS a recolher	260.380	1.020.282
COFINS a recolher	954.550	4.480.885
ICMS a recolher	21.804.018	7.240.678
IOF a recolher	8.180.487	8.195.917
IRRF a recolher	180.854	420.762
ISS a recolher	66.926	77.737
CSLL a recolher	263.275	4.837.315
IRPJ a recolher	359.376	11.706.669
	<u>32.797.732</u>	<u>38.712.817</u>

Passivo não circulante:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Parcelamento ICMS a pagar (i)	48.583.871	13.310.136
Parcelamento ministério público (ii)	-	450.000
PIS/COFINS parcelamento	3.167.395	4.253.359
	<u>51.751.266</u>	<u>18.013.495</u>

(i) Valor refere-se ao Programa de Parcelamento REFIS - Paraná, referente a autos de infração de ICMS lançados pelo Estado do Paraná.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

(ii) Valor relativo autuação do Ministério Público do Trabalho devido à reincidência em irregularidades no ambiente de trabalho, as quais já haviam sido autuados em outras fiscalizações. O valor da penalidade descrita no auto de infração será destinado a instituições sem fins lucrativos já determinadas pela Justiça do Trabalho.

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

As obrigações trabalhistas e sociais estão representadas por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Salários a pagar	9.091.728	8.437.824
Provisões de férias e 13º salário	17.806.173	18.713.753
Encargos sociais a pagar	8.523.492	8.136.640
Encargos sociais sobre provisões	6.532.501	6.855.590
IRRF sobre salários	-	134.511
Outras contas	293.672	278.717
	<u>42.247.566</u>	<u>42.557.035</u>

17 OUTRAS CONTAS A PAGAR

As outras contas a pagar estão representadas por:

Passivo circulante

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Outras contas a pagar	17.240.094	154.918
CDAS a pagar (i)	106.129.059	60.757.675
	<u>123.369.153</u>	<u>60.912.593</u>

Passivo não circulante

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
INSS suspenso (ii)	6.060.569	6.060.569
Dividendos a pagar (iii)	3.876.976	73.213.054
	<u>9.937.545</u>	<u>79.273.623</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

(i) Valor relativo atuação do fisco Federal correspondente a PERD/COMP indeferidas de saldos negativos de IRPJ e CSLL do processo de incorporação da GBE Ltda e Louis Dreyfus no ano de 2005 e utilização de créditos de PIS e COFINS ocorridas em 1999 e 2000 além de demais débitos inscritos através de auto de infração.

(ii) Montante relativo à contribuição previdenciária sobre 1/3 de férias e auxílio-doença, os quais estão sendo questionados judicialmente;

(iii) Valores distribuídos à sócios, já aprovados e pendentes de pagamento

18 CAPITAL SOCIAL

Baseado na 106ª alteração contratual de 31º de outubro de 2022 o Capital social passou de R\$ 10.000.000, divididos em 10.000.000 quotas no valor de R\$1 (um real) cada, para R\$ 100.000.000, divididos em 100.000.000 quotas no valor de R\$1 (um real) cada alterando-se assim o quadro societário da empresa e ficando assim distribuído:

Sócios	Quantidade de Quotas	Percentual de Participação	Valor
JZ Imóveis e Participações - EIRELI	50.020.000	50,02%	50.020.000
LZ Imóveis e Participações - EIRELI	16.660.000	16,66%	16.660.000
SZ Imóveis e Participações - EIRELI	16.660.000	16,66%	16.660.000
AZ Imóveis e Participações - EIRELI	16.660.000	16,66%	16.660.000
	<u>100.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>100.000.000</u>

Os sócios são remunerados através de distribuições de dividendos e também por meio do pagamento de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação de taxa de longo prazo (TLP), respeitando sempre a participação societária de cada sócio.

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

A Empresa possui benefício fiscal advindo de subvenção governamental na redução de passivos registrados sob a alcinha de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS), para as operações praticadas de revenda de mercadorias com redução de base de cálculo e isenção do ICMS.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa reconheceu receita advinda da redução de passivos nota explicativa nº 15, no montante de R\$ 205.558.677 registrando diretamente no resultado do exercício, tal receita, conforme nota explicativa nº 19, sob alcunha de "Crédito presumido de ICMS".

Após o trânsito da subvenção governamental pela demonstração de resultado tal montante é apropriado em conta de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento da condição de não distribuição dos benefícios advindos da subvenção, sendo registrado na conta de reservas de incentivos fiscais, a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2022, estão escrituradas reservas de incentivos fiscais no montante de R\$ 205.558.677.

19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida está composta por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Venda à vista	5.458.387.187	4.976.911.711
Venda à prazo	174.469.423	78.416.092
Serviços de recarga de celular	185.563	250.520
Serviços de venda de vale gás	213.127	240.509
Serviços vendas com garantia estendida	660.219	615.931
Serviços facilita	1.497	1.031
Serviço de comissão de chip de celular	115	22.289
Outros serviços	1.336.519	999.867
Total de receitas	<u>5.635.253.650</u>	<u>5.057.457.950</u>
Vendas canceladas e devoluções	(25.170.792)	(21.806.384)
Total das vendas canceladas	<u>(25.170.792)</u>	<u>(21.806.384)</u>
PIS sobre vendas	(42.727.959)	(41.807.167)
COFINS sobre vendas	(196.877.095)	(192.608.896)
ICMS sobre vendas	(443.481.740)	(193.721.024)
ISS sobre prestação de serviços	(62.627)	(56.091)
IPI sobre vendas (i)	-	(1.653.842)
Subvenção governamental (ii)	205.558.677	-
Total das deduções	<u>(477.590.744)</u>	<u>(429.847.020)</u>
Total receita líquida	<u>5.132.492.114</u>	<u>4.605.804.546</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

- (i) Valor de IPI referente fabricação de sacolas e embalagens da marca própria do Condor Super Center;
- (ii) Valor referente a Subvenção Governamental sob benefícios fiscais de ICMS com a redução da base de cálculo e isenção do imposto na revenda de mercadorias.

20 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos comerciais recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística e outros custos.

O custo de frete inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Empresa, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Custo das mercadorias	3.716.162.449	3.529.814.019
Custo com fretes	11.322.632	11.830.300
Outros custos	10.386.204	28.165.832
	<u><u>3.737.871.285</u></u>	<u><u>3.569.810.151</u></u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

21 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão representadas por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Gastos com pessoal	391.029.338	359.497.171
Manutenção	52.322.183	47.783.140
Gastos com veículos e deslocamentos	15.544.827	14.843.790
Outras despesas gerais e administrativas	36.330.425	30.634.427
Alugueis	166.073.874	146.334.945
Despesas com energia elétrica e serviços	59.106.434	57.596.112
Impostos e taxas	96.681.946	23.211.996
Despesas com seguros	8.021.161	7.740.656
Prestações serviços de terceiros	11.304.530	12.663.988
Despesas com assessorias e consultoria	13.819.089	5.082.639
Depreciações e amortizações	13.625.060	13.437.933
Indenizações diversas	1.378.457	1.397.362
	<u>865.237.324</u>	<u>720.224.159</u>

22 DESPESAS COMERCIAIS

As despesas com vendas estão representadas por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Propaganda audio visual	26.317.004	40.646.746
Propaganda impressa	21.355.715	23.440.571
Campanhas	968.955	4.960.762
Patrocínios	710.000	530.000
Outras despesas	846.825	2.552.194
	<u>50.198.499</u>	<u>72.130.273</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

23 OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS)

As outras receitas e (despesas) estão representadas por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Ganho na venda de ativo imobilizado	240.310	102.209
Recuperação de receitas	11.637.338	5.095.244
Receitas com outras vendas (i)	41.967.568	45.595.871
Recuperação de tributos (ii)	83.749.170	-
Outras receitas	7.836.090	24.131.430
Total de outras receitas	<u>145.430.476</u>	<u>74.924.754</u>
Perdas com roubo	(143.030)	(34.906)
Total de outras despesas	<u>(143.030)</u>	<u>(34.906)</u>
Total de outra receitas e despesas	<u>145.287.446</u>	<u>74.889.848</u>

(i) Correspondem principalmente as receitas de Trademarketing - contratos firmados com fornecedores para locação de espaços especiais em lojas, como locação de pontas de gôndolas, ilhas e displays.

(ii) Recuperação do ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

24 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido está representado por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Juros recebidos	1.044.025	943.582
Descontos obtidos	775.757	2.062.451
Rendimento aplicações financeiras e fundos	5.044.370	1.435.143
Recuperação de tributos	50.243.778	-
Outras receitas financeiras	6.273.419	8.052.084
Total de Receitas Financeiras	<u>63.381.349</u>	<u>12.493.260</u>
Juros pagos	(122.748.040)	(94.200.673)
Descontos concedidos	(2.238.114)	(1.727.780)
Despesas bancárias	(3.469.536)	(6.677.851)
Outras despesas financeiras	(4.240.857)	(10.193.146)
Total de Despesas Financeiras	<u>(132.696.547)</u>	<u>(112.799.450)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(69.315.198)</u>	<u>(100.306.190)</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

25 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social, ajustada com as adições e exclusões previstas na legislação vigente, calculada com base nas respectivas alíquotas normais, está assim apresentada:

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	555.157.254	208.007.933
(+) Adições	2.875.793	2.258.979
Despesas Indedutíveis	37.641	113.474
Doações Projetos Culturais	1.275.000	1.075.506
Doações Incentivo ao Esporte	-	260.000
Doações ao Fundo do Direito da Criança	875.000	270.000
Doações ao FMDPI	-	270.000
Doações PRONAS	-	270.000
Multas não dedutíveis	688.152	-
(-) Exclusões	(214.537.707)	(897.298)
(-) Exclusão com P&D - Lei do Bem	(3.480.678)	(897.298)
(-) Subvenção Governamental	(205.558.677)	-
(-) Receita Financeira	(5.498.352)	-
(=) Lucro Real	343.495.340	209.369.614
(%) IRPJ Alíquota 15%	51.524.301	31.405.442
(%) IRPJ Adicional 10%	34.325.534	20.912.961
(-) Incentivos Fiscais Projetos Culturais	(500.000)	(1.075.506)
(-) Incentivos Fiscais Esporte	-	(260.000)
(-) Doações ao Fundo do Direito da Criança	(5.000)	(270.000)
(-) Incentivo Fiscal FMDPI	-	(270.000)
(-) Incentivo Fiscal PRONAS	-	(270.000)
(=) Provisão do Imposto de Renda	85.344.835	50.172.898
(%) CSLL Alíquota 9%	30.914.581	18.843.265
(=) Provisão da Contribuição Social	30.914.581	18.843.265
(=) Total de despesas com IRPJ e CSLL do período	116.259.416	69.016.163

Exclusão da Subvenção Governamental

No exercício de 2022, a Empresa reduziu como um ajuste de exclusão ao lucro real e base negativa da CSLL, o montante de R\$ 205.558.677 referente a Subvenção Governamental através de benefícios fiscais de ICMS, como a redução da base de cálculo e a isenção do imposto na saída de revenda de mercadorias.

O ajuste fiscal de exclusão da receita de incentivos fiscais atende aos requisitos de constituição de reserva de incentivos fiscais no Patrimônio Líquido e, de acordo com seus assessores jurídicos, os benefícios fiscais de ICMS estão sendo concedidos como estímulo a implantação e expansão da empresa, conforme legalidade garantida em carta conforto.

Exclusão da Receita Financeira

A empresa reduziu da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, o montante de R\$ 5.498.352 ao equivalente a receita financeira de indébitos tributários, no qual possui processo judicial para a não tributação desta "receita" pelo IRPJ e a CSLL.

Incentivo Fiscal Lei do Bem

A Empresa reduziu da base de cálculo para IRPJ e CSLL no montante de R\$ 3.480.678, referente ao incentivo fiscal a Pesquisa e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica, fundamentada pela Lei 11.196/05, conhecida como a Lei do Bem.

Esse incentivo fiscal é programa instituído pelo Governo por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o qual busca estimular as empresas a realizar pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica concedendo como benefícios a exclusão dos gastos realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ.

Além da despesa operacional, a Lei 11.196/05 dispõe ainda a exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a 60% das despesas realizadas com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica no período. Tal exclusão pode chegar a 80% em função do número de empregados envolvidos na pesquisa e desenvolvimento. A Empresa iniciou a utilização do incentivo fiscal a Pesquisa e Desenvolvimento de Inovação tecnológica em janeiro de 2019.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes julgados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Empresa realiza o gerenciamento de riscos para garantir a cobertura integral de seu ativo imobilizado e estoques.
